

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.297 - SP (2019/0316158-1)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : PRIVALIA SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA**  
**ADVOGADOS : RENATO GOMES VIGIDO - SP246800**  
**VINICIUS RENAN LUCAS - SP282404**  
**FERNANDA LETTIERI VIGIDO - SP286873**  
**RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORES : DENISE FERREIRA DE OLIVEIRA CHEID - SP127131**  
**ADRIANO VIDIGAL MARTINS - SP205495**

## DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por PRIVALIA SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA, mediante o qual se impugna acórdãos, proferidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementados:

"RECURSO DA EMPRESA AUTORA - Ação anulatória de débito fiscal - Pretensão da anulação do auto de infração e imposição de multa AIIM nº 4.070.546 8 (fls. 3.698/3.699) vez que foi lavrado AIIM por ter infringido a legislação do ICMS do Estado de São Paulo ao receber mercadoria (NF de julho a outubro/2014 – fls. 4.042/6.373) da empresa 'Donizetti Aparecido da Silva Eireli - EPP', declarada inidônea em 13/05/2015 (fls. 3.729) - A empresa autora adquiriu mercadorias de empresa declarada posteriormente inidônea - Adquirente de boa-fé - Admissibilidade - A declaração de inidoneidade de uma empresa deve tornar-se pública antes de poder ser invocada contra o contribuinte, porquanto os atos administrativos, especialmente de natureza tributária, só geram efeitos depois de publicados, nos termos do inciso I, do artigo 103, do Código Tributário Nacional – Efeito *ex nunc* - Autora que comprova o regular pagamento das mercadorias adquiridas (Notas Fiscais e demonstrativos de pagamentos), bem como registro de entradas e saídas (fls. 117/3.667 e 4.042/6.373) - Exegese da Súmula nº 509, do E. STJ - Sucumbência devida pela FESP - Precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo e do E. Superior Tribunal de Justiça - Sentença que julgou parcialmente procedente a ação, reformada (para julgar improcedente) – Recurso da empresa autora, provido – Recurso voluntário da FESP, improvido" (fl. 6.698e).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Opostos pela FESP (fls. 1/3 -

# *Superior Tribunal de Justiça*

1007170-17.2018.8.26.0053/50000) e pela empresa autora (fls. 4/11 - 1007170-17.2018.8.26.0053/50000).

Embargos opostos pela empresa autora, acolhidos, para sanar as omissões apontadas.

Quanto aos embargos opostos pela FESP, são, efetivamente, de natureza infringente - O v. Acórdão não é omissor - O acolhimento dos embargos predispõe a ocorrência de um dos pressupostos apontados no art. 1.022, do Código de Processo Civil (vigente) - Inocorrência de omissão, contradição, obscuridade e erro material, mas não podem se prestar, a não ser em casos excepcionalíssimos, a dar efeitos infringentes ao julgado - Inexistência de quaisquer dessas hipóteses - O v. Acórdão embargado abordou todos os temas recorridos de forma objetiva e clara - Deve a embargante (FESP) deduzir a matéria em outra via - A matéria prequestionada só poderá ser conhecida pelo Colendo Tribunal competente, nos termos das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal - Precedentes desta Egrégia 1ª Câmara de Direito Público, do E. Tribunal de Justiça de São Paulo e do E. Superior Tribunal de Justiça - Embargos de Declaração da empresa autora, acolhidos - Embargos de Declaração da FESP, rejeitados (mantido o improvimento do recurso voluntário da Fazenda do Estado de São Paulo e o provimento do recurso da empresa autora)" (fl. 6.789e).

Novos Embargos de Declaração rejeitados (fls. 6.811/6.819e).

No Recurso Especial, aviado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação ao art. 85, § 3º, do CPC/2015.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"O artigo 85 do Novo Código de Processo Civil – Lei nº 13.105/2015 – versa sobre a condenação em honorários advocatícios a ser paga pelo vencido aos advogados do vencedor. O seu parágrafo 39 traz disposições sobre a condenação nos casos nos quais for parte a Fazenda Pública, que é o caso dos autos. Nas letras do diploma normativo:

(...)

A interpretação do diploma normativo nos leva à conclusão de que nesses casos (condenação em honorários da Fazenda Pública) há uma tabela regressiva a ser observada para a fixação/majoração dos honorários.

Melhor dizendo, para fixar/majorar os honorários no caso em

# *Superior Tribunal de Justiça*

concreto, os nobres Julgadores terão que observar às disposições dos incisos I e II, do parágrafo 3º, do artigo 85, do Código de Processo Civil.

No caso em apreço verifica-se a incidência do inciso II, já que o valor do proveito econômico obtido com a procedência da ação encontra-se dentro da faixa de valores estipulados pelo artigo supra transcrito, ou seja, acima de 200 e abaixo 2.000 salários mínimos.

(...)

Acontece Nobres Ministros, que, como se pode observar pela leitura dos autos, as disposições contidas no inciso II, do parágrafo 3º, do artigo 85, do novo Código de Processo Civil não foram observadas pelo Tribunal Estadual quando da fixação dos honorários advocatícios, o que não se pode admitir.

A não observância dos parâmetros fixados pelo diploma processual legal vai de encontro ao posicionamento desta C. Corte de Justiça a qual já se posicionou por diversas vezes sobre o tema, inclusive com a reforma de decisões proferidas pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo, conforme se observa a seguir:

(...)

No caso em apreço, infere-se que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao utilizar-se de critérios diversos das balizas objetivas, preconizadas pelo diploma processual legal, relacionadas aos percentuais sobre o valor da condenação, violou diretamente a legislação federal neste ponto.

Imperioso mencionar, embora não seja objeto de tal recurso, Dessa forma, é o presente Recurso Especial para ver modificado o r. acórdão proferido pelo Tribunal de origem para fins de modificar a condenação em honorários advocatícios aplicada a Fazenda Recorrida, condenação esta que deve ser majorada nos termos das disposições contidas no inciso II, do parágrafo 3º, do artigo 85, do Código de Processo Civil.

Imperioso mencionar que a reforma do julgado com a meritória majoração dos honorários deverá levar em conta os incisos I a IV do § 2º do art. 85, os quais devem ser observados mesmo nas causas em que a Fazenda Pública for parte.

Tais incisos tratam dos critérios que o julgador deverá observar, no momento da fixação do percentual de honorários devidos, no caso em apreço de 8% a 10% sobre o proveito econômico, sendo eles: I - o grau de zelo do profissional; II - o lugar de prestação do serviço; III - a natureza e a importância da causa; IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ora, Nobres Ministros, estamos diante de uma demanda que demandou um alto grau de zelo em decorrência de sua complexidade em matéria tributária, exigindo dos recorrentes um alto grau de dedicação em todas as instâncias processuais, sem deixar de mencionar sua importância econômica para as partes envolvidas em função do expressivo valor da causa (556.836,60), o que torna meritória a fixação do percentual no patamar de 10% o sobre o proveito econômico obtido" (fls. 6.733/6.740e).

Requer-se, por fim, "seu conhecimento (do Recurso Especial) e total provimento, para que seja reformado o r. acórdão hostilizado para fins de modificar a condenação em honorários advocatícios aplicada à Fazenda Recorrida, condenação essa que deve ser majorada nos termos das disposições contidas no inciso II, do parágrafo 3º, do artigo 85, do Código de Processo Civil" (fl. 6.740e).

Contrarrazões às fls. 6.830/6.837e.

Recurso Especial admitido (fls. 6.842/6.843e).

O presente recurso não merece prosperar.

Ao fixar os honorários advocatícios de sucumbência, assim se manifestou, o Tribunal de origem:

"Em razão da sucumbência, condeno a FESP no pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do artigo 85, do Código de Processo Civil/15" (fl. 6.712e).

Conforme se observa, não há, no **decisum** impugnado, qualquer fundamentação para a fixação dos honorários. Nada se disse a respeito do valor da causa, do proveito econômico obtido ou sobre eventual aplicação do princípio da equidade. Desse modo, não é possível entender quais foram os critérios legais que guiaram os Julgadores, no arbitramento da referida verba. A decisão padece, portanto, de flagrante omissão. Sem embargo, em seu Recurso Especial, o ora recorrente não sustenta malferimento ao art. 1.022, II, do CPC/2015, mas violação ao próprio art. 85 do CPC/2015. Nesses termos, seu recurso sofre de evidente deficiência formal, pois, a rigor, a matéria sequer está prequestionada. De aplicar, no ponto, as Súmulas 211/STJ e, por analogia, 284/STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora

